

De: DELBRASGEN
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 03/02/2023 14:23:34 N.º: 00182
Código de autenticação: MTgyX2N2aWVpcmFfMDMvMDIvMjAyMw==

De DELBRASGEN para Exteriores em 03/02/2023

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DDH/DTS/DAUC/DMS/CGSAUDE
DESCR=SHUM-HRC-ARGT
RTM=ARTBREM,OEABRMS,ONUBRMS,ISRBREM
REF/ADIT=DET 18,TEL 52
CATEG=MG

//
Revisão Periódica Universal.
4º ciclo. 42ª sessão do Grupo
de Trabalho. Argentina (23/1).
Relato.
//

Nr. 00182

Retransmissão automática para Brasemb Buenos Aires,
DELBRASUPA, DELBRASONU e Brasemb Tel Aviv

RESUMO=
Relata o exame da Argentina no 4º ciclo da Revisão
Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos.
A delegação da Argentina enfatizou desafios
relacionados à disseminação de discursos de ódio e
instrumentalização política do sistema judiciário
("lawfare"). A maioria das recomendações centrou-se
nos direitos dos povos indígenas, gênero, educação e
sistema prisional.

Informo. Realizou-se, em 23/1, o exame da Argentina no
4º ciclo da Revisão Periódica Universal (RPU) do
Conselho de Direitos Humanos (CDH). A delegação
argentina foi chefiada pelo Secretário de Direitos
Humanos, Horacio Pietragala Corti, e contou com a
presença de representantes dos ministérios das

Relações Exteriores e Culto, Mulheres, Gêneros e Diversidade, Justiça e Direitos Humanos, além de membros da secretaria para assuntos indígenas e de políticas contra a violência baseada em gênero.

2. Ao apresentar o relatório nacional, o Secretário Horacio Pietragala Corti classificou os direitos humanos como "coluna vertebral" das políticas da Argentina, em especial aquelas iniciadas sob a gestão Néstor e Cristina Kirchner. Em alusão à visita da perita independente das Nações Unidas sobre dívida externa em outubro de 2022 à Argentina, criticou os impactos negativos para os direitos humanos decorrentes da "dívida contraída pelo governo anterior junto ao Fundo Monetário Internacional". Manifestou preocupação com a proliferação de discursos de ódio nos meios de comunicação e redes sociais, que teriam levado à tentativa de magnicídio da vice-presidente Cristina Kirchner, assim como ao atentado contra a vice-presidente da Colômbia e aos atos antidemocráticos no Brasil em 8 de janeiro.

3. O Secretário de Direitos Humanos da Argentina enfatizou os "desafios impostos a toda a região da América Latina" relacionados à instrumentalização do sistema de justiça para condicionar processos políticos e definir a agenda pública no que denominou "lawfare". Ressaltou que tal prática violaria os direitos humanos e seria direcionada contra aqueles que "enfrentam os poderes políticos ou midiáticos", do que seria exemplo a condenação em sentença judicial de primeira instância da vice-presidente Cristina Kirchner.

4. Ao se referir ao repertório de boas práticas da Argentina em matéria de direitos humanos, o Secretário Corti frisou a presidência inédita argentina do CDH em 2022 na figura do Embaixador Federico Villegas, a equiparação à norma constitucional da Convenção Interamericana sobre Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas e as "políticas de Estado" em prol da memória, justiça e reparação dos crimes contra a humanidade cometidos durante a ditadura militar na Argentina.

5. No âmbito da saúde pública, o Secretário de Direitos Humanos da Argentina salientou a adoção de marco normativo em 2020 que assegura o "aborto legal" e atenção pós-aborto para mulheres e quaisquer pessoas

De: DELBRASGEN
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 03/02/2023 14:23:34 N.º: 00182
Código de autenticação: MTgyX2N2aWVpcmFfMDMvMDIvMjAyMw==

gestantes. Sublinhou, ademais, a aprovação de lei em 2022 sobre resposta integral a HIV/AIDS, tuberculoses, hepatites virais e infecções sexualmente transmissíveis, com vistas a promover a prevenção e o tratamento e combater a estigmatização e a discriminação dos portadores de tais enfermidades.

6. 105 Estados participaram do exame da Argentina no 4º ciclo da RPU. A delegação brasileira proferiu intervenção com base nas instruções contidas no despacho telegráfico 18, que muito agradeço.

7. As principais recomendações das delegações concentraram-se nos seguintes temas:

i) direitos dos povos indígenas: quantidade significativa de delegações recomendaram à Argentina intensificar os esforços para garantir acesso dos povos originários à justiça, assim como contribuir para o estabelecimento de mecanismos regulares de consultas com as comunidades indígenas sobre temas relacionados direta ou indiretamente a seus direitos. Recomendaram conferir plena aplicação ao Decreto Emergencial n. 26.160 no que se refere à demarcação de terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas.

ii) direitos das mulheres e meninas: várias delegações recomendaram à Argentina avançar os esforços de combate a todas as formas de discriminação e violência contra mulheres e meninas, inclusive por meio da facilitação do acesso à justiça e oferta de serviços de acolhimento para vítimas de violência de gênero. Delegações mormente de países do WEOG (Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Islândia, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suécia) recomendaram a aplicação não discriminatória da Lei 27.610 sobre aborto legal em todas as jurisdições e departamentos da Argentina.

iii) situação do sistema penitenciário: diversos Estados recomendaram aprimoramento das condições dos centros de detenção, com vistas a responder aos problemas de superlotação e assegurar cuidados médicos e condições sanitárias adequadas aos detidos. Recomendaram o aprimoramento da formação e treinamento de agentes carcerários para reduzir episódios de uso excessivo da violência nas prisões.

iv) direito à educação: de modo geral, os países do

De: DELBRASGEN
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 03/02/2023 14:23:34 N.º: 00182
Código de autenticação: MTgyX2N2aWVpcmFfMDMvMDIvMjAyMw==

GRULAC, África e Ásia-Pacífico concentraram grande parte de suas recomendações na promoção do acesso à educação de qualidade na Argentina, especialmente nas zonas rurais e remotas. Recomendaram o aperfeiçoamento da formação de professores e o fomento de iniciativas que aprimorem a integração e acolhimento de alunos às instituições de ensino, inclusive por meio de programas de merenda escolar.

8. Convém destacar a intervenção da Missão de Israel que reiterou recomendação feita à Argentina no último ciclo da RPU relacionada à "adoção de novas medidas para investigar e responsabilizar os responsáveis pelo ataque à Associação Mutual Israelita-Argentina (AMIA)".

9. Em alusão às críticas sobre a situação do sistema prisional na Argentina, o Secretário de Direitos Humanos declarou que projeto de lei sobre o que denominou "violência institucional" estaria sob a análise do Congresso Nacional, com vistas a prevenir e erradicar casos de uso excessivo e desproporcional da violência por forças de segurança e agentes penitenciários.

10. No que se refere às políticas indigenistas do governo argentino, o Secretário Corti ressaltou o compromisso de não somente dar cumprimento às sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos, a exemplo do caso das comunidades da associação Lhaka Honhat, mas também implementar estratégia nacional baseada em quatro eixos: restituição territorial, aprimoramento da qualidade de vida, gestão ambiental e fortalecimento dos atores locais.

11. Durante a revisão, que transcorreu em ambiente cordial, as delegações coincidiram em elogiar os esforços da Argentina em implementar as recomendações aceitas durante o último exame. Destacaram avanços de marcos institucionais relacionados à criação do Comitê Nacional para a Prevenção contra a Tortura e do Ministério das Mulheres, Gêneros e Diversidade. Acolheram as recentes políticas públicas e leis aprovadas na Argentina, entre as quais o Plano Nacional contra Violências por Motivos de Gênero 2022-2024 e Lei Geral de Reconhecimento e Proteção das Pessoas Apátridas. Parte dos países latino-americanos (México e Uruguai) e quantidade significativa dos Estados do WEOG, inclusive membros da União Europeia,

De: DELBRASGEN
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 03/02/2023 14:23:34 N.º: 00182
Código de autenticação: MTgyX2N2aWVpcmFfMDMvMDIvMjAyMw==

elogiaram a lei adotada na Argentina sobre interrupção voluntária da gravidez.

12. Em 24/1, a Missão da Argentina organizou evento paralelo sobre direito à verdade, memória e justiça. Na ocasião, o Secretário de Direitos Humanos da Argentina enfatizou o "resgate da relevância" do tema desde 2019, assim como mencionou iniciativas que buscam dar visibilidade aos esforços de reconstrução da memória em antigos centros de detenção da ditadura. Anunciou que, em 2023, a Argentina celebrará 40 anos de restabelecimento das instituições democráticas e sediará, no final de março do corrente ano, o III Fórum Mundial de Direitos Humanos.

Tovar da Silva Nunes, embaixador
Representante Permanente junto às Nações Unidas em
Genebra

WMMA

De: DELBRASGEN
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 03/02/2023 14:23:34 N.º: 00182
Código de autenticação: MTgyX2N2aWVpcmFfMDMvMDIvMjAyMw==
